

AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA

Autoridade de Gestão do Programa Temático Ação Climática e Sustentabilidade

Deliberação n.º 702/2023

Sumário: Designação dos secretários técnicos da Autoridade de Gestão do Programa Temático Ação Climática e Sustentabilidade.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro, estabelece o modelo de governação dos fundos europeus para o período de governação 2021-2027, designado por “Portugal 2030”, bem como dos respetivos programas, definindo a estrutura orgânica relativa ao exercício, designadamente das funções de coordenação, de gestão, de acompanhamento, de certificação, de pagamento, de auditoria, bem como de monitorização, avaliação e comunicação, nos termos do Regulamento (UE) 2021/1060, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2021;

Considerando que nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro, as autoridades de gestão assumem a natureza de estruturas de missão e são criadas por Resolução do Conselho de Ministros;

Considerando que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2023, de 10 de fevereiro, criou as autoridades de gestão dos programas temáticos, regionais do continente, de Assistência Técnica e do Programa do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração para o período de programação 2021-2027;

Considerando que no Mapa III anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2023, de 10 de fevereiro, foi estabelecida a missão e o exercício de competências da autoridade de gestão do Programa Temático Ação Climática e Sustentabilidade (Sustentável 2030), que compreende a gestão, o acompanhamento e a execução do programa, bem como assegurar o encerramento Programa Operacional Temático Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR);

Considerando que os n.ºs 2 e 3 do referido Mapa III anexo à referida Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2023, de 10 de fevereiro, define a dimensão do secretariado técnico do programa, o qual pode integrar um máximo de 92 elementos, fixando, ainda, que o secretariado técnico pode integrar, em simultâneo, um máximo de 8 secretários técnicos e um máximo de 5 equipas de projeto de caráter temporário, dirigidas por coordenadores de equipa de projeto.

Assim, nos termos do n.º 10 do artigo 14.º Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro, a Comissão Diretiva do Sustentável 2030 deliberou, a 2 de junho de 2023, o seguinte:

- 1 — Fixar em 8 o número de secretários técnicos;
- 2 — Designar, como secretários técnicos do Sustentável 2030, os seguintes elementos:

- a) Licenciada Ana Margarida Cabeçadas Neto Roque Clara Alarcão;
- b) Licenciada Arminda Alves Roldão;
- c) Licenciada Catarina Alexandra Martins Rodrigues;
- d) Mestre Luís Alberto Pires Afonso Pereira dos Santos;
- e) Licenciada Maria do Céu Nobre Lourenço Lages;
- f) Licenciada Maria João Dias da Cruz Ferreira;
- g) Licenciado Pedro Miguel Ferreira Cardoso da Silva;
- h) Licenciada Rita Gabriela Dias Pereira.

3 — As notas curriculares dos designados são publicadas em anexo à presente Deliberação.

4 — A presente deliberação produz efeitos a 1 de junho de 2023.

28 de junho de 2023. — A Presidente da Comissão Diretiva, *Helena da Conceição Pinheiro Lourenço de Azevedo*.



ANEXO

Nota curricular de Ana Margarida Cabeçadas Neto Roque Clara Alarcão

1 — Dados pessoais

Nome: Ana Margarida Cabeçadas Neto Roque Clara Alarcão

Data de nascimento: 29 de outubro de 1966

2 — Habilitações académicas e profissionais

2021 — Formação em Gestão Pública (FORGEP) no Instituto Superior de Gestão

1999 — Pós-graduação no Instituto Superior de Gestão: Assessoria Jurídica da Empresa

1990 — Licenciatura em Direito pela Universidade Lusíada

3 — Experiência profissional

Desde julho de 2015 — Secretária Técnica do POSEUR (Unidade Operacional 3 — Gestão Eficiente do Ciclo Urbano da Água).

De setembro de 2012 a julho de 2015 — Secretária Técnica do POVT (Unidade Operacional 3) e Chefe de Projeto da Estrutura de Gestão Setorial do Ambiente — Fundo de Coesão II.

De março de 2009 a setembro de 2012 — Chefe de Projeto da Estrutura de Gestão Setorial do Ambiente — Fundo de Coesão II.

De outubro de 2008 a fevereiro 2009 — Técnica Superior no POVT, com responsabilidades no FC II, área do ambiente.

De março de 2006 a setembro de 2008 — Chefe de Projeto no Programa Operacional Sociedade do Conhecimento.

De setembro de 2000 a março de 2006 — Técnica Superior no Gabinete de Gestão do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento.

De outubro de 1999 a julho de 2000 — colaboração na sociedade de advogados Carlos Aguiar, Pedro Pinto & Associados.

De abril de 1997 a novembro de 1997 — Adjunta do Ministro da Economia.

De outubro de 1993 a dezembro de 1996 — Técnica Superior na Delegação da Associação Industrial Portuguesa em Bruxelas.

De outubro de 1992 a setembro de 2003 — Contrato de Agente Auxiliar na Comissão Europeia.

De outubro de 1991 a julho de 1992 — Estágio na Comissão Europeia.

Nota curricular de Arminda Alves Roldão

1 — Dados pessoais

Nome: Arminda Alves Roldão

Data de nascimento: 20 de fevereiro de 1965

2 — Habilitações académicas e profissionais

2012 — CAGEP — Curso Avançado de Gestão Pública — INA

1992 — Inspetora de Finanças Principal do quadro da Inspeção-Geral de Finanças

1990 — Licenciatura em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa

3 — Experiência profissional

Desde julho de 2015 — Secretária Técnica da Unidade de Assessoria Jurídica do Programa Operacional Sustentabilidade Eficiência no Uso de Recursos.

De maio de 2008 a 16 julho de 2015 — Secretária Técnica da Unidade de Assessoria Jurídica do Programa Operacional Valorização do Território.

De julho de 2006 a maio de 2008 Chefe de Projeto da Unidade de Controlo e Auditoria do Programa Operacional da Cultura.

De julho de 2003 a 30 junho de 2006 — Assessora do Gabinete do Ministro da Cultura.

De 2000 a 2002 — Diretora do Departamento de Obras Públicas e Meio Ambiente da Câmara Municipal do Montijo.

De 1992 a 2000 — Inspetora de Finanças na Inspeção-Geral de Finanças onde desempenhou funções nas áreas Tutelar Autárquica (1992-1999), Controlos Comunitários (1999-2000) e Serviços Públicos (2002-2003).

De 1990 a 1992 — Frequentou e Concluiu o Estágio de Advocacia, desempenhando as funções inerentes ao exercício da advocacia nomeadamente, elaboração de peças processuais, intervenção em audiências e julgamentos, consultoria jurídica.

Nota curricular de Catarina Alexandra Martins Rodrigues

1 — Dados pessoais

Nome: Catarina Alexandra Martins Rodrigues

Data de nascimento: 6 de fevereiro de 1974

2 — Habilitações académicas e profissionais

2021 — Curso de Programa de Formação em Gestão Pública — FORGEP — Instituto Superior de Gestão

Inscrita na Ordem dos Economistas

1996 — Licenciatura pré-Bolonha em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão

3 — Experiência profissional

Desde janeiro de 2023 — Adjunta e Chefe do Gabinete em regime de substituição no Gabinete da Ministra da Coesão Territorial do XXIII Governo Constitucional de Portugal.

De abril a dezembro de 2022 — Técnica Especialista no Gabinete da Ministra da Coesão Territorial do XXIII Governo Constitucional de Portugal.

De agosto de 2015 a abril de 2022 — Coordenadora de Equipa de Projeto de Avaliação, Monitorização e Sistema de Informação do POSEUR Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos/Portugal 2020.

De maio de 2012 a julho de 2015 — Técnica Superior Principal da Área de Avaliação, Monitorização e Comunicação do POVT — Programa Operacional Valorização do Território/QREN (2007-2013) e POSEUR/Portugal 2020.

De junho de 2011 a abril de 2012 — Secretária Técnica da Área de Avaliação, Monitorização e Comunicação do POVT/QREN (2007-2013).

Adjunta no Gabinete da Ministra da Cultura — XVIII Governo Constitucional de Portugal — de dezembro de 2009 a junho de 2011.

De maio 2008 a novembro de 2009 — Secretária Técnica da Área de Avaliação, Monitorização e Comunicação do POVT/QREN (2007-2013).

De abril de 2005 a maio de 2008 — Chefe de projeto, em regime de substituição, da Unidade de Análise de Candidaturas e Divulgação da Estrutura de Apoio Técnico do Programa Operacional da Cultura (POC)/ QCA III (2000-2006).

De setembro de 1998 a março de 2005 — Técnica superior nas Estruturas de Apoio Técnico da Componente Cultura do Subprograma «Turismo e Património Cultural»/QCA II (1994-1999) e do Programa Operacional da Cultura (POC)/QCA III (2000-2006).

De janeiro de 1998 a setembro de 1998 — Realização de análise técnico-financeira de projetos de investimento na AERLIS — Associação Empresarial da Região de Lisboa.

De outubro de 1996 a janeiro de 1998 — Realização de análise técnico-financeira de projetos de investimento na Direção-Geral do Desenvolvimento Regional (DGDR).



Nota curricular de Luís Alberto Pires Afonso Pereira dos Santos

1 — Dados pessoais

Nome: Luís Alberto Pires Afonso Pereira dos Santos

Data de nascimento: 13 de julho de 1962

2 — Habilitações académicas e profissionais

Doutorando (tese em elaboração) em Administração Pública pelo Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

2012 — Curso Avançado de Gestão Pública — CAGEP (2012).

2007 — Certificações de Auditor Público (CGAP), e em Auto-Avaliação de Controlo Interno (CCSA), emitidas pelo Institute of Internal Auditors

1994 — Mestrado: Planeamento Regional e Urbano pela Universidade Técnica de Lisboa (1994)

Pós-Graduação: Estudos Europeus pela Universidade Católica de Lisboa (1992)

Licenciatura: Curso de Engenheiro Agrónomo pelo Instituto Superior de Agronomia — Universidade Técnica de Lisboa (1987)

3 — Experiência profissional

Desde julho de 2015 — Secretário Técnico de Controlo Interno do POSEUR.

De maio de 2008 a julho de 2015 — Secretário Técnico de Auditoria Interna do Programa Operacional Valorização do Território (POVT)

De outubro de 2007 a maio de 2008 colaborou, em destacamento de serviço, com o Programa Operacional de Valorização do Território coordenando o desenvolvimento do sistema de controlo interno do POVT nas vertentes gestão de risco e sistema de informação, bem como a respetiva descrição.

De 2003 a 2007 — Auditor da DG REGIO — Comissão Europeia enquanto Perito Nacional Destacado.

De 2000 a 2003 — Diretor de Serviços de Controlo e Informação da Direção-Geral de Desenvolvimento Regional (DGDR).

De 1997 a 2000 — Chefe de Divisão de Controlo da DGDR.

De 1993 a 1997 — Coordenador de Equipa na área de controlo de sistemas e projetos no âmbito do FEDER na DGDR.

De 1989 a 1993 — técnico superior, desenvolvendo na DGDR, atividades de aprovação de projetos e verificação de despesa e reporte de dados no âmbito de vários programas operacionais regionais e sectoriais apoiados pelo FEDER, no âmbito o QCA I.

De 1987 a 1989 — técnico superior na Direção Regional de Agricultura da Beira Regional (Coimbra), participando na gestão de programas e projetos do FEOGA-O, tendo ainda colaborado na aplicação das ajudas de pré-adesão ao sector agrícola através da avaliação e elaboração de projetos de investimento agrícola.

Nota curricular de Maria do Céu Nobre Lourenço Lages

1 — Dados pessoais

Nome: Maria Céu Nobre Lourenço Lages

Data de nascimento: 30 de maio de 1970

2 — Habilitações académicas

2012 — Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP), pelo Instituto Superior da Administração

1995 — Licenciatura em Direito pela Universidade Lusíada

3 — Atividade Profissional

Desde 17 de julho de 2015 — Secretária Técnica do Programa Operacional Sustentabilidade Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR).

De maio de 2008 a 16 de julho de 2015 — Secretária Técnica do Programa Operacional Temático Valorização Território (POVT), integrado no Quadro de Referência Estratégico Nacional — QREN (2007-2013).

De novembro de 2004 a abril de 2008 — Técnica superior na Estrutura de Apoio Técnico à Gestão do Programa Operacional Ciência Tecnologia e Inovação 2010 (POCI 2010), integrado no Quadro Comunitário de Apoio III — QCA III (2000-2006).

De março de 2001 a outubro de 2004 — Técnica superior na Estrutura de Apoio Técnico à Gestão da Intervenção Operacional de Acessibilidades e Transportes do Quadro Comunitário de Apoio III — QCA III (2000-2006).

De setembro de 1998 a fevereiro de 2001 — Técnica superior na Estrutura de Apoio Técnico à Gestão da Intervenção Operacional dos Transportes (IOT), integrado no Quadro Comunitário de Apoio II — QCA II (1994-1999).

De maio de 1998 a agosto de 1998 — Consultora no Gabinete de Coordenação dos Investimentos do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

Entre 1997 e 1998, frequentou e concluiu o Estágio de Advocacia, desempenhando as funções inerentes ao exercício da advocacia.

Nota curricular de Maria João Dias da Cruz Ferreira

1 — Dados pessoais

Nome: Maria João Dias da Cruz Ferreira

Data de nascimento: 8 de abril de 1974

2 — Habilitações académicas e profissionais:

2016 — Formação Avançada em Gestão Pública (FORGEP) — Instituto Nacional da Administração

2015 — Parte curricular do Mestrado em Direito Administrativo — Faculdade de Direito

2014 — Pós-graduação em “Direito e Prática da Contratação Pública” — Universidade Católica

1999 — Licenciatura pré-Bolonha em Direito — Universidade Autónoma de Lisboa

3 — Experiência profissional:

Desde 1 de outubro de 2015 — Chefe de Divisão de Administração de Pessoal, na Secretaria-Geral da Economia e Mar.

De 2012 a 2015 — Técnica Superior nas áreas de Recursos Humanos, Contratação Pública e apoio jurídico, na Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental.

De 2009 a 2012 — Técnica Superior na área de Recursos Humanos/jurista, no Agrupamento de Centros de Saúde do Ribatejo — Lezíria.

De 2008 a 2009 — Técnica Superior nas áreas de Recursos Humanos e formação, na Sub-Região de Saúde de Santarém.

De 2007 a 2008 — Responsável pelo serviço de pessoal na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.

De 2005 a 2007 — Técnica Superior na área de Recursos Humanos/jurista, na Sub-Região de Saúde de Santarém.

Nota curricular de Pedro Miguel Ferreira Cardoso da Silva

1 — Dados Pessoais

Nome: Pedro Miguel Ferreira Cardoso da Silva

Data de nascimento: 17 de fevereiro de 1974

2 — Habilitações académicas e profissionais

2021 — FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, promovido pelo Instituto Superior de Gestão, destinado a dirigentes intermédios da Administração Pública

2003 — Pós-Graduação em «Gestão e Políticas Ambientais», da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL)

1997 — Licenciatura (pré-Bolonha) em Engenharia do Ambiente — ramo Engenharia Sanitária, da FCT-UNL

3 — Experiência profissional

Desde julho de 2015 — Secretário Técnico do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), do Portugal 2020.

De julho 2013 a julho 2015 — Técnico especialista do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE).

De março de 2012 a fevereiro de 2013 e de fevereiro de 2013 a julho de 2013 — Técnico especialista do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT).

De fevereiro 2011 a março 2012) — Técnico Superior da Unidade de Controlo e Auditoria, do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I. P., atual Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P.

De setembro 2006 a janeiro 2011 — Técnico Superior, tendo integrado as estruturas de apoio técnico do Programa Operacional Valorização do Território (POVT) e do Programa Operacional do Ambiente (POA).

De maio a outubro 2005 — Acompanhamento de projetos a sistemas de incentivos nacionais e comunitários e apoio técnico à implementação de novos projetos previstos para o sistema multi-municipal da AMARSUL, S. A. ().

De dezembro 1999 a abril 2005 — Colaborador do Instituto do Ambiente, atual Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., tendo desempenhado funções em Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e análise da elegibilidade de candidaturas e projetos cofinanciados no âmbito do QCA III e QCA II.

De maio 1998 a novembro 1999 — Coordenador da direção técnico-comercial de empresa prestadora de serviços na área do Ambiente, sobretudo para as áreas de gestão de resíduos urbanos, resíduos industriais e tratamento de águas residuais domésticas.

Nota curricular de Rita Gabriela Dias Pereira

1 — Dados pessoais

Nome: Rita Gabriela Dias Pereira

Data de nascimento: 15 de junho de 1975

2 — Habilitações académicas e profissionais

2007 — Parte curricular do Mestrado em Economia e Política da Energia e Ambiente pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (2007)

1999 — Licenciatura em Engenharia do Ambiente pelo Instituto Superior Técnico

3 — Experiência profissional

Desde junho 2022 — Secretária Técnica do POSEUR — Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos — Responsável pela Área Operacional relativa a projetos de Eficiência Energética e Produção de energia a partir de fontes renováveis.

De janeiro de 2015 a maio de 2022 — Técnica superior do POSEUR — Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, responsável pela gestão de projetos cofinanciados na área da Eficiência Energética e Ciclo Urbano da Água.



De fevereiro de 2009 a dezembro de 2014 — Técnica superior do POVT — Programa Operacional Temático da Valorização do Território, responsável pela gestão de projetos apoiados pelo Fundo de Coesão na área de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais.

De junho de 2002 a fevereiro de 2009 — Técnica superior do POA — Programa Operacional do Ambiente, responsável pela gestão de projetos apoiados pelo FEDER na área de requalificação e defesa da orla costeira, reabilitação da rede hidrográfica e reabilitação de zonas poluídas pelas atividades económicas.

De setembro de 2001 a fevereiro de 2002 — Técnica estagiária na Direção-Geral de Transportes e Energia da Comissão Europeia.

De fevereiro de 1999 a setembro de 2001 — Técnica na Direção Regional de Ambiente de Lisboa e Vale do Tejo na divisão de Infraestruturas.

316618044